



GABINETE DE ARTICULAÇÃO PARA EFETIVIDADE DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO EM RONDÔNIA (GAEPE/RO)

NOTA TÉCNICA GAEPE-RO Nº 007/2021

(Texto atualizado em 27/05/2022)

Dispõe sobre a recomendação aos gestores municipais do estado de Rondônia para organização de fila de espera, de maneira criteriosa, transparente e equânime, para acesso a creche para as crianças de 0 a 3 anos.

CONSIDERANDO que a garantia do direito ao desenvolvimento pleno das crianças em um país como o Brasil, com enorme diversidade social, econômica e cultural, é um desafio de alta complexidade que requer a comunhão de esforços de toda a sociedade e, em especial, das instituições públicas;

CONSIDERANDO que os gestores municipais são os principais responsáveis pela priorização da agenda referente à Política da Primeira Infância e à estruturação e implementação de ações que atendam ao desenvolvimento das crianças;

CONSIDERANDO que o art. 227 da Constituição Federal dispõe que “é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão”;

CONSIDERANDO que a Lei 13.257, de 08 de março de 2016, que dispõe sobre as políticas públicas para a primeira infância, preconiza, em seu art. 16, *caput*, que “a expansão da educação infantil deverá ser feita de maneira a assegurar a qualidade da oferta, com instalações e equipamentos que obedçam a padrões de infraestrutura estabelecidos pelo Ministério da Educação, com profissionais qualificados conforme dispõe a Lei n o 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), e com currículo e materiais pedagógicos adequados à proposta pedagógica.”, e cujo parágrafo único ainda aponta que “a expansão da educação infantil das crianças de 0 (zero) a 3 (três) anos de idade, no cumprimento da meta do Plano Nacional de Educação, atenderá aos critérios definidos no território nacional pelo competente sistema de ensino, em articulação com as demais políticas sociais.”;

CONSIDERANDO as diretrizes do Plano Nacional de Educação (Lei 13.005/2014), especificamente a sua Meta 1, que consiste em universalizar até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência do PNE;

CONSIDERANDO que a Meta 1 do PNE possui dois indicadores: 1A, que previa a universalização, até 2016, da educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 a 5 anos de idade; e 1B, que estabelece a ampliação e oferta de vagas em creches de forma a atender, no mínimo, 50% das crianças de até 3 anos até o ano de 2024;

CONSIDERANDO que, dentre as estratégias estabelecidas para o alcance da Meta 1, encontram-se: (1.1) definir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, **metas de expansão das respectivas redes públicas de educação infantil** segundo padrão nacional de qualidade, considerando as peculiaridades locais; (1.3) realizar, periodicamente, em regime de colaboração, **levantamento da demanda por creche para a população de até 3 (três) anos, como forma de planejar a oferta e verificar o atendimento da demanda manifesta**; (1.4) estabelecer, no primeiro ano de vigência do PNE, normas, procedimentos e prazos para **definição de mecanismos de consulta pública da demanda das famílias por creches**; (1.5) manter e ampliar, em regime de colaboração e respeitadas as normas de acessibilidade, programa nacional **de construção e reestruturação de escolas, bem como de aquisição de equipamentos, visando à expansão e à melhoria da rede física de escolas públicas de educação infantil**; (1.7) **articular a oferta de matrículas gratuitas em creches certificadas** como entidades beneficentes de assistência social na área de educação com a **expansão da oferta na rede escolar pública**; (1.15) **promover a busca ativa de crianças em idade correspondente** à educação infantil, em parceria com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, preservando o direito de opção da família em relação às crianças de até 3 (três) anos; e (1.16) o Distrito Federal e os Municípios, com a colaboração da União e dos Estados, realizarão e publicarão, a cada ano, **levantamento da demanda manifesta por educação infantil em creches e pré-escolas, como forma de planejar e verificar o atendimento**;

CONSIDERANDO que, segundo levantamento de dados realizado pelo Comitê Técnico da Educação do Instituto Rui Barbosa (CTE-IRB)^[1], “em relação às crianças de 0 a 3 anos, o percentual de atendimento em creches alcança 31%, de forma que é necessário garantir vagas para outras 2,2 milhões de crianças para se alcançar a meta de 50% de atendimento até o ano de 2024 estipulada no Plano Nacional de Educação (PNE)”;

CONSIDERANDO a planilha^[2] disponibilizada pelo CTE-IRB acerca do cumprimento das metas e indicadores 1A e 1B do PNE, que indica que “a taxa de atendimento de crianças de zero a três anos nas creches é de 31%”;

CONSIDERANDO que, com relação aos dados dos municípios do estado de Rondônia, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP)^[3] identificou que apenas 18,7% das crianças entre 0 e 3 anos de idade frequentavam creches ou pré-escolas em 2018, percentual inferior ao verificado nos anos de 2014 a 2017 e que configura a terceira menor cobertura de rede no país, correspondendo a aproximadamente 91,2 mil crianças sem atendimento, sendo urgente a implementação de políticas públicas para, com qualidade, atender no mínimo 50% das crianças em creches até o final de 2024 (Meta 1B do PNE);

CONSIDERANDO ainda que, com o fim da fase mais aguda da pandemia de COVID-19 e o retorno às atividades presenciais obrigatórias, será inevitável o retorno do movimento de pressão social por acesso a vagas em creches, o que pode levar à formação de novas filas de espera, para o que já devem os gestores públicos estarem preparados;

CONSIDERANDO que a fixação de critérios claros, objetivos e transparentes para a formação e organização da fila de espera tende a reduzir a judicialização da matéria, como verificado, exemplificativamente, nos casos do Município de São Paulo (SP) e em Londrina (PR), o que evita prejuízos à política pública instituída e maximiza a sua eficácia;

CONSIDERANDO a existência de prioridades legais para a concessão de vagas em creche para determinados públicos que devem ser observadas obrigatoriamente pelos gestores públicos, sem prejuízo da fixação de critérios subsidiários;

O **Gabinete de Articulação para Efetividade da Política de Educação no Estado de Rondônia (GAEPE-RO)**, a partir das considerações descritas acima, vem, por meio desta **Nota Técnica**, recomendar aos gestores educacionais do estado de Rondônia a adoção de providências tendentes à organização de lista de fila de espera de crianças de 0 a 3 anos em creches, observadas as seguintes diretrizes básicas, preferencialmente através de regulamentação normativa, observado o “Anexo A” desta Nota Técnica:

1. Empregar total transparência na organização criteriosa e objetiva de fila de espera de todas as crianças de 0 a 3 anos em creches e crianças de 4 e 5 anos em pré-escola, provendo a ela o regular registro dos dados, seja em sistema tecnológico específico, seja em sítio eletrônico ou mediante consulta presencial a registro físico, de modo a permitir que aqueles que estejam na fila de espera saibam a exata posição em que se encontram, sem prejuízo da garantia de integral acesso aos órgãos de controle e aos integrantes do Sistema de Justiça, observados os cuidados necessários a atender a Lei de Proteção de Dados Pessoais (LGPD);
2. Destinar prioritariamente as vagas de creche e pré-escola às crianças de famílias mais vulneráveis, observando tanto os públicos prioritários por força de lei, como mediante critérios socioeconômicos, de forma a oferecer a esse público-alvo os estímulos adequados e possibilitar a redução das desigualdades educacionais, de acordo com os seguintes critérios sucessivos:
 - a) Crianças com deficiência, nos termos do art. 2º da Lei n. 13.146/15 (Estatuto da Pessoa com Deficiência);
 - b) Filhos de mulheres em situação de violência doméstica ou familiar, observado o art. 9º, §7º, da Lei n. 11.340/06 (Lei Maria da Penha);
 - c) Demais hipóteses de prioridade previstas expressamente em lei específica, seja ela Municipal, Estadual ou Federal;
 - d) Famílias inscritas no programa federal “Auxílio Brasil” (ou outro com mesma finalidade que venha a ser criado) ou em outros programas estaduais ou municipais de distribuição de renda;
 - e) Famílias monoparentais;
 - f) Famílias com mães economicamente ativas;
 - g) Critério cronológico (data de solicitação do pedido para matrícula e/ou entrada na fila de espera);
 - h) Demais critérios que o Município julgue pertinentes, considerando sua realidade específica, desde que fixados de maneira objetiva e transparente.

2.1 Na hipótese de duas ou mais crianças preencherem o mesmo critério, para fins de desempate, será atribuída posição mais alta na fila de espera (ou seja, maior prioridade para concessão da vaga) à criança que atenda ao critério imediatamente subsequente na ordem constante do item 2.
3. Coletar informações que possibilitem:
 - a) todos os contatos possíveis para comunicação junto às famílias;
 - b) análise do local de moradia para previsão da vaga visando ao fácil acesso à escola/creche;
 - c) compreensão sobre as necessidades das crianças (necessidades especiais, saúde, mobilidade);
 - d) condições socioeconômicas das famílias;
 - e) participação das famílias em programas sociais.
4. Verificar a necessidade de abertura de edital para oferta de vagas e inscrição de crianças para creche e pré-escola, e, em caso afirmativo, elaborar e publicar este edital o quanto antes, com vista ao atendimento das crianças a partir de fevereiro de 2022;

5. Propiciar suporte na oferta de creches e escolas em tempo integral (preferencialmente) para permitir que as mães consigam conciliar maternidade, trabalho e estudo;
6. Conhecer a real demanda por creches no município, visando não apenas a atingir a meta estabelecida no Plano Nacional de Educação (PNE), mas a superá-la.

Porto Velho/RO, 9 de dezembro de 2021.

PAULO CURI NETO

Presidente do Tribunal de Contas do Estado
de Rondônia

ADILSON MOREIRA DE MEDEIROS

Procurador-Geral do Ministério Público de
Contas do Estado de Rondônia

ALESSANDRA GOTTI

Presidente Executiva
Instituto Article

YVONETE FONTINELLE DE MELO

Procuradora do Ministério Público de Contas
do Estado de Rondônia

TÂNIA GARCIA SANTIAGO

Promotora de Justiça e Coordenadora do
Grupo de Atuação Especial da Infância e
Juventude e da Defesa da Educação - GAEINF

ISAÍAS FONSECA MORAES

Desembargador e Coordenador da Infância e
Juventude do Tribunal de Justiça do Estado
de Rondônia

JULIAN IMTHON FARAGO

Promotor de Justiça e Coordenador do Grupo
de Atuação Especial Cível - GAECIV

SÉRGIO MUNIZ NEVES

Defensor Público de Entrância Especial e
Coordenador do Núcleo da Cidadania da
Comarca de Porto Velho/RO

KESIA GONÇALVES DE ABRANTES NEIVA

Defensora Pública Substituta

[1] <https://irbcontas.org.br/deficit-de-vagas-em-educacao-infantil-ainda-permanece/>

[2] https://irbcontas.org.br/download/1812/2021/20442/metas-2020_1a-e-1b_metod-tc-educu.xlsx

[3] https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/plano_nacional_de_educacao/relatorio_do_terceiro_ciclo_de_monitoramento_das_metas_do_plano_nacional_de_educacao.pdf



Documento assinado eletronicamente por **Kesia Gonçalves de Abrantes Neiva, Usuário Externo**, em 27/05/2022, às 20:25, conforme horário oficial de Rondônia, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#) e do art. 4º da [Resolução TCERO nº 165, de 1 de dezembro de 2014](#).



Documento assinado eletronicamente por **Isaias Fonseca Moraes, Usuário Externo**, em 29/05/2022, às 11:24, conforme horário oficial de Rondônia, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#) e do art. 4º da [Resolução TCERO nº 165, de 1 de dezembro de 2014](#).



Documento assinado eletronicamente por **PAULO CURI NETO, Presidente**, em 30/05/2022, às 08:45, conforme horário oficial de Rondônia, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#) e do art. 4º da [Resolução TCERO nº 165, de 1 de dezembro de 2014](#).



Documento assinado eletronicamente por **ADILSON MOREIRA DE MEDEIROS, Procurador-Geral**, em 30/05/2022, às 13:40, conforme horário oficial de Rondônia, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#) e do art. 4º da [Resolução TCERO nº 165, de 1 de dezembro de 2014](#).



Documento assinado eletronicamente por **Alessandra Passos Gotti, Usuário Externo**, em 30/05/2022, às 15:12, conforme horário oficial de Rondônia, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#) e do art. 4º da [Resolução TCERO nº 165, de 1 de dezembro de 2014](#).



Documento assinado eletronicamente por **YVONETE FONTINELLE DE MELO, Procurador(a) do Ministério Público de Contas**, em 31/05/2022, às 09:14, conforme horário oficial de Rondônia, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#) e do art. 4º da [Resolução TCERO nº 165, de 1 de dezembro de 2014](#).



Documento assinado eletronicamente por **Julian Imthon Farago, Usuário Externo**, em 31/05/2022, às 10:38, conforme horário oficial de Rondônia, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#) e do art. 4º da [Resolução TCERO nº 165, de 1 de dezembro de 2014](#).



Documento assinado eletronicamente por **Sergio Muniz Neves, Usuário Externo**, em 31/05/2022, às 14:35, conforme horário oficial de Rondônia, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#) e do art. 4º da [Resolução TCERO nº 165, de 1 de dezembro de 2014](#).



Documento assinado eletronicamente por **Tânia Garcia Santiago, Usuário Externo**, em 31/05/2022, às 16:31, conforme horário oficial de Rondônia, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#) e do art. 4º da [Resolução TCERO nº 165, de 1 de dezembro de 2014](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.tce.ro.gov.br/validar>, informando o código verificador **0414706** e o código CRC **C426BC1C**.

Referência: Processo nº 000217/2022

SEI nº 0414706

Av Presidente Dutra, 4229. - Bairro Olaria - Porto Velho/RO - CEP 76801-327 - Telefone: 69 3211-9009